



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

REFLEXÕES SOBRE A SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL COMO PROCESSO DE FORMAÇÃO QUALIFICADA

Janaina Albuquerque de Camargo¹
Tatiane Farias da Rosa Silva²

Resumo: O trabalho reflete sobre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social como essencial à promoção da formação qualificada, quando dialogado com os demais atores, estagiário e supervisor de campo. Apresentamos a supervisão acadêmica como mediação importante à construção dos projetos de intervenção dos discentes e à realização da articulação teoria-prática.

Palavras-chave: Supervisão Acadêmica de Estágio; Serviço Social; Formação Profissional.

Abstract: The work reflects on the academic supervision of internship in Social Work as essential to the promotion of qualified training, when dialogued with the other actors, intern and field supervisor. We present academic supervision as an important mediation for the construction of students' intervention projects and the achievement of theory-practice articulation.

Keywords: Academic Supervision of Internship; Social Work; Professional Qualification.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de supervisão acadêmica em Serviço Social, dentro do contexto de uma Universidade Pública Federal, localizada no Estado do Rio de Janeiro, de modo a ressaltá-lo como essencial para a promoção de uma formação qualificada aos estudantes, desde que seja um processo articulado e dialogado com os demais atores, estagiários e supervisores de campo.

No caso, destacamos especificamente a experiência de docência na disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social³, ocorrida no segundo semestre de 2018, no processo de construção dos projetos de intervenção dos estudantes, do qual ressaltamos o projeto que cumpriu todas as exigências pedagógicas da disciplina, bem como a vinculação com a atual campanha do conjunto CFESS-CRESS “Assistentes Sociais no combate ao Racismo”⁴, conforme explicitaremos no decorrer deste trabalho.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, E-mail: jana.camargo82@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal Fluminense, E-mail: jana.camargo82@gmail.com.

³ Nesta Universidade, a disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio ocorre por níveis de estágio (I, II e III) e não por área temática, e estamos nos referindo ao nível II, no qual é previsto a construção dos projetos de intervenção dos alunos, vinculados aos campos de estágio.

⁴ Campanha do conjunto CFESS-CRESS 2017-2020, aprovada coletivamente no 46º Encontro Nacional CFESS-CRESS 2017 em Brasília e lançado no 2º Seminário Nacional “O trabalho do/a Assistente Social na Política de

Consideramos o estágio como momento privilegiado da formação do estudante de Serviço Social e, para tanto, há a necessidade de se vincularem alguns princípios em sua operacionalização, conforme prevê a Política Nacional de Estágio – PNE (ABEPSS, 2010:13-14): **“indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa”**; **“articulação entre Formação e Exercício Profissional”**; **“indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo”**; **“articulação entre universidade e sociedade”**; **“unidade teoria-prática”**; **“interdisciplinaridade”**; **“articulação entre ensino, pesquisa e extensão”**. (grifos do texto).

A realização do estágio supervisionado possibilita ao estudante de Serviço Social o exercício da leitura crítica da realidade conjuntural brasileira, das demandas apresentadas aos assistentes sociais nos diferentes espaços e âmbitos de atuação, bem como o desenvolvimento das competências profissionais, de modo a atender às necessidades do público usuário, tendo em vista a vinculação de nosso projeto ético-político⁵ com os direitos das classes trabalhadoras.

A supervisão de estágio em Serviço Social é atribuição privativa do Assistente Social, conforme a Lei de Regulamentação da Profissão (8662/1993), a Resolução CFESS (533/2008) e a PNE da ABEPSS (2010), da qual destacamos, neste trabalho, a supervisão acadêmica, objeto de nossa atuação profissional, embora consideremos o papel essencial dos supervisores de campo neste cenário e o necessário diálogo e parceria entre ambos os supervisores para o processo formativo do estudante de Serviço Social, conforme preconiza a campanha da ABEPSS "Sou Assistente Social e Supervisiono Estágio - A supervisão qualifica a formação e o trabalho"⁶.

Conforme a PNE (ABEPSS, 2010, p. 17), o processo de supervisão acadêmica tem ligação estreita à:

[...] finalidade social da profissão, na prestação de serviços sociais, que consiste, dentre outras questões, em conhecer e refletir com os(as) estagiários(as), em pequenos grupos, a realidade profissional nos campos de estágio, reconhecer os limites e possibilidades das respostas profissionais nas diferentes organizações no enfrentamento das expressões da "questão social", reconhecer e debater os

Assistência Social” em Fortaleza. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1491>. Acessado no dia: 13/05/2019.

⁵ Segundo Netto (s/d, p. 1), o Projeto Ético-Político do Serviço Social “tem uma história que não é tão recente, iniciada na transição da década de 1970 à de 1980. Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político.” Disponível em: http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acessado no dia: 24/05/2019.

⁶ A Campanha “Sou Assistente Social e Supervisiono Estágio – A supervisão qualificada a formação e o trabalho” da ABEPSS foi lançada na Oficina Nacional da ABEPSS em novembro de 2017, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF) Niterói/RJ. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/souassistentesocialesupervisionoestagioasupervisaooqualificaformacaoeotrabalho-157>. Acessado no dia: 13/05/2019.

elementos constitutivos do projeto profissional em curso nos espaços sócio-ocupacionais e sua relação com o projeto hegemônico da profissão.

Por outro lado, a supervisão acadêmica, bem como todos os processos que perpassam a realização do estágio supervisionado, sofrem as intercorrências do contexto regressivo atual de desmonte das políticas sociais, principalmente da educação superior. O compromisso do estado brasileiro com a financeirização da economia para a acumulação do capital contribui para a precarização do ensino superior, que perpassa as Universidades Públicas no Brasil, e que tensiona o projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade do qual os setores progressistas, nos quais o Serviço Social brasileiro se insere, defendem continuamente.

Neste cenário, Chauí (1999, p.7) trabalha o conceito de “universidade operacional”, a qual é conduzida “por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível”, e organiza-se “por estratégias e programas de eficácia organizacional e [...] pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos”. Além disso, suas “normas e padrões” distanciam-se do “conhecimento” e da “formação intelectual”, sendo que o processo de formação acabou sendo esvaziado, pois “a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos” (CHAUÍ, 1999, p.7).

Acrescentam-se alguns elementos trabalhados por Lima (2008, p.19) que marcam a contrarreforma da educação no Brasil como a falta de investimento financeiro nas universidades públicas; o incentivo às estratégias que ressaltem “a privatização interna” destas universidades; a ênfase ao “empresariamento da educação superior”, através do aumento das instituições privadas de ensino e da exigência da “lógica empresarial” ao processo formativo; a diminuição do período da graduação; e a “precarização do trabalho docente”. São questões que trazem desafios à constituição de um trabalho na docência comprometido com a qualidade do ensino, com a proposta de uma formação profissional crítica, com a perspectiva da supervisão acadêmica como processo formativo, a que se propõe o curso de Serviço Social da referida Universidade.

Neste sentido, no decorrer deste trabalho, apresentaremos a supervisão acadêmica como mediação importante para a construção dos projetos de intervenção dos discentes, para a realização da articulação teoria-prática, além de ressaltar elementos do projeto que foi destaque na disciplina, principalmente por sua construção coletiva junto às supervisoras de campo e acadêmica, e a sua vinculação ao projeto ético-político do Serviço Social.

DESENVOLVIMENTO

O estágio é um momento essencial para a formação profissional do acadêmico em Serviço Social, pois a inserção em campo possibilita uma visão mais abrangente sobre a

prática profissional, além de ser crucial para a compreensão da relação teoria-prática, bem como o desenvolvimento das dimensões constitutivas do Serviço Social.

No campo de estágio é possível reconhecer e estudar o perfil da população usuária, as demandas institucionais e espontâneas, possibilitando, assim, a elaboração de projetos de intervenção, condução de registros técnicos, formulação de estratégias e escolhas dos instrumentais de trabalho. Durante o período de estágio, pretende-se desenvolver a percepção crítica sobre a realidade dos usuários atendidos, das Políticas Públicas, bem como da prática profissional do assistente social, com a preocupação em não reduzir o estágio ao ensino da prática, além de situar instrumentos de forma não isolada, e sim como componentes da dimensão técnico-operativa (SANTOS, 2013).

A intervenção orientada por essa perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo/a profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida; verificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil; reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos. Nesse sentido, é necessário que o profissional pautar sua prática profissional através de uma sistematização de seu trabalho para que haja um reconhecimento dos seus limites, avanços e contribuição efetiva de sua atuação, importante para tentar superar a alienação que atravessa o trabalho por meio de uma postura crítica e embasada teoricamente (ALMEIDA e ALENCAR, 2011).

Segundo Lewgoy (s/d), a supervisão de estágio, a partir das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, encontra-se historicamente numa posição privilegiada por ser um lugar que dá conta da instrumentalização das demandas da prática, além de apresentar uma possibilidade de romper com o pensamento conservador ainda presente na categoria profissional, e, assim, efetivar a competência profissional no processo de formação. Destaca-se que a supervisão de estágio vinculada às diretrizes curriculares se opõe claramente à educação mercantilista, além de reconhecer o caráter de formação processual inferindo nessa formação uma educação continuada. Também a supervisão dá ênfase aos três eixos de dimensões constitutivas do serviço social – a saber, a dimensão técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica.

A supervisão de estágio, na conjuntura atual acadêmica, busca legitimar a interação entre os sujeitos assistentes sociais de campo, alunos estagiários e supervisor acadêmico, intrinsecamente envolvidos num projeto coletivo e interdisciplinar e que compõem, assim, uma tríade representativa do universo da instituição à qual pertencem. Nessa ótica, a supervisão caracteriza-se como espaço, por excelência, de intermediação entre os centros de formação e as organizações que oferecem campos de aprendizagem, intrinsecamente envolvida como elemento constitutivo e constituinte desse processo (LEWGOY, s/d, p. 8).

Sinalizamos que a respeito da supervisão de estágio, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, teve como pressuposto a necessidade concreta e irrefutável do enfrentamento da precarização do ensino superior e da reforma universitária. Além disso, originou-se a partir de um Plano de Lutas Nacional construído coletivamente pelas entidades representativas do Serviço Social. Nesse sentido, a criação da política foi fundamental para o projeto de formação profissional e para o projeto ético-político, pois expressa valores emancipatórios pautados no Código de Ética do Serviço Social (ORTIZ, 2014).

Segundo Ortiz (2014), uma vez que o estágio não é apenas uma atividade complementar, mas central para a formação profissional, é primordial que a supervisão de campo e acadêmica ocorram de forma simultânea e correlata, pois isso permite a convergência e o desvelamento dos conteúdos apreendidos em sala de aula com o caráter interventivo da profissão.

Cabe ressaltar que a elaboração e implementação do projeto de intervenção sobre o campo de estágio possibilita ao aluno o movimento de pensar criticamente sobre a demanda que é apresentada no cotidiano da prática profissional, podendo esta ser analisada a partir de uma leitura crítica da realidade, considerando o contexto histórico e os mecanismos de controle social da ordem capitalista vigente. Permite ao aluno o exercício crítico da análise da realidade dos usuários e dos campos de atuação do assistente social.

O processo de supervisão acadêmica que ressaltamos buscou, em um processo articulado com os estagiários e com os supervisores de campo, contribuir para a construção de um projeto de intervenção que estivesse articulado ao atendimento das demandas do público usuário; ao fortalecimento da dimensão pública das instituições/campos de estágio; e ao estabelecimento de práticas profissionais vinculadas às pautas de lutas do nosso projeto ético-político.

Primeiramente, foi realizado um trabalho de mapeamento com os estudantes junto aos supervisores de campo das principais demandas institucionais que não estavam sendo contempladas na atuação profissional. Desse trabalho, surgiram propostas de intervenção. Após, verificamos, em conjunto, a viabilidade de tais propostas, em termos institucionais, profissionais e com relação às forças políticas envolvidas. Posteriormente, os discentes escolheram o objeto de intervenção.

Feita essa preparação, a supervisora acadêmica discutiu teoricamente com os alunos sobre a temática de projetos de intervenção profissional, destacando-a como possibilidade interventiva do Serviço Social. Relevante mencionar que as aulas foram abertas para a participação dos supervisores de campo. Além disso, foram realizadas aulas dialogadas nas quais os discentes apresentavam suas propostas e construções teóricas, sendo orientados continuamente pela supervisora acadêmica. Sendo assim, salientamos

elementos do projeto de intervenção que cumpriu todas as exigências pedagógicas da disciplina.

A partir da observação e da análise dos acompanhamentos de atendimentos sociais realizados no período do Estágio, em um dos CRAS – Centro de Referência em Assistência Social⁷ do município de Maricá/RJ, a estagiária - responsável pela elaboração do projeto de intervenção aqui destacado - identificou que, no roteiro da entrevista social, quando se perguntava aos usuários⁸ de qual raça/etnia eles se declaravam, a maioria não tinha clareza para responder. Alguns, inclusive, perguntavam às técnicas (assistentes sociais e psicólogas) de que “cor” achavam que eles eram. Por questão de grande demanda, muitas vezes tornava-se inviável o uso da entrevista para esclarecimento sobre a autodeclaração de raça/etnia. Desta forma, em consenso com a equipe atuante no CRAS e supervisoras (de campo e acadêmica), elaborou-se um projeto de intervenção para capacitação teórica dos técnicos e realização de estratégias informativas sobre raça/etnia para os usuários deste CRAS.

O objetivo geral do projeto foi o de promover espaço para reflexões sobre raça e etnia, bem como identidade racial e autodeclaração étnica aos usuários e equipe técnica deste CRAS. E, como objetivos específicos, buscou-se promover informações e esclarecimentos a respeito da identidade racial e autodeclaração étnico-racial aos usuários e à equipe técnica; bem como aprimorar a percepção do Assistente Social e da equipe técnica sobre a Questão Racial e os debates diretos aos usuários e na Política de Assistência Social; além de desenvolver um formulário, como instrumento de trabalho da equipe técnica, durante a entrevista social com os usuários.

Segundo Costa (2015), o processo de disparidade racial pode ser evidenciado até nos dias de hoje, como por exemplo, no acesso às moradias (restando aos negros as mais precárias), menores salários ou desemprego. De fato, as formas como as relações étnico-raciais e de gênero se desenvolveram no Brasil, rebatem na realidade da população negra e das mulheres, sendo forte a presença do racismo e do sexismo. As relações étnico-raciais no Brasil são fortemente marcadas por uma falsa democracia, e a população negra, escamoteada em sua identidade étnico-racial, sofreu e ainda sofre as maiores consequências no mercado de trabalho, no acesso às políticas públicas, no assalariamento e em muitos outros elementos da sociabilidade burguesa.

⁷ CRAS é a porta de entrada da Assistência Social, sua natureza é pública, tendo o objetivo de assegurar direitos, e fortalecer os vínculos de convivência dos usuários, entre os usuários e a família e também com a comunidade. Por meio de um reconhecimento territorial, o CRAS organiza e articula as redes de apoio, sendo elas socioassistenciais ou de outras políticas, para assim garantir o acesso dos usuários aos serviços, benefícios e direitos sociais. (CFESS, 2011).

⁸ O público atendido por este CRAS é majoritariamente feminino, a maioria com baixo nível de instrução, predominantemente não inserido em mercado de trabalho formal (muitos têm como fonte de renda apenas os benefícios de transferência de renda), grande parte são negros (compreendendo a classificação negra composta por pretos e pardos).

A partir do “mito da democracia racial”⁹, a sociedade utilizou-se historicamente do mecanismo de seleção e subalternização por caráter étnico-racial. Na lógica de totalidade social, o serviço social visa compreender e superar o fenômeno do racismo e suas expressões na sociedade brasileira.

Essa perspectiva de “democracia racial” foi denunciada pelo Movimento Negro à época (1940) e anos depois através de pesquisa solicitada pela UNESCO sobre a experiência da democracia racial no Brasil na década de 1950. Florestan Fernandes e Roger Bastide em São Paulo, Luiz de Aguiar Costa Pinto no Rio de Janeiro e Thales Azevedo na Bahia, produziram um estudo demonstrando que o “brasileiro é altamente preconceituoso e o mito da democracia racial é uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade altamente conflitante e discriminatória no nível das relações interétnicas” (MOURA, 1988, p. 30).

Como resultado desse processo, uma pesquisa do IBGE em 1980 sobre a percepção de cor da população brasileira evidenciou o total de 136 cores apresentadas pelos entrevistados, comprovando os mecanismos de fuga da realidade étnico-racial no Brasil (MOURA, 1988, p. 63).

Referente ao CRAS, a autora Costa (2015) ressalta que o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – informa que, em 2015, 73,88% dos titulares do Programa Bolsa Família são negros e sobre o total geral de titulares do Programa, 93% são mulheres e dessas 68% são negras. São estes beneficiários que detém prioridade no acesso aos equipamentos públicos da assistência social, tendo em vista suas condições socioeconômicas. As diversas formas de racismo estão presentes nos diferentes campos da vida social, o que permite compreender o racismo enquanto um dos fundamentos que estruturam a democracia – ou anti-democracia – no Brasil.

É no âmbito da defesa de direitos que a(o) profissional de Serviço Social é convocada(o) a intervir. O Serviço Social, através da perspectiva do Projeto Ético-Político, que tem seu fazer profissional voltado ao compromisso com a classe trabalhadora e tem como objeto de trabalho a “Questão Social”, precisa efetivar estratégias de enfrentamento ao Racismo.

Desta forma, o conjunto CFESS-CRESS lançou, em 2017, a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” como forma de conscientizar a categoria profissional sobre a importância de combater todas e quaisquer formas de desigualdades, principalmente o racismo, visto que este é compreendido pela categoria como estrutural e

⁹ “Mito da Democracia Racial” termo aqui utilizado a partir das reflexões do autor Moura (1988, p. 63-64) que questiona a ideologia de “Democracia Racial” no Brasil, ao apontar que as camadas dominantes introjetaram no ideário da população brasileira um processo de interação entre raças que gera uma “democracia”. Contudo, o autor também esclarece que essa é “uma ideologia escamoteadora capaz de encobrir as condições reais sob as quais os contatos interétnicos se realizam no Brasil”.

estruturante da ordem capitalista. A campanha conta com vídeos, spots de rádio, bottons, banners e atividades programadas para profissionais e alunos em serviço social. Como fala a presidente do CFESS à época: “Quero começar dizendo que ‘*Assistentes sociais no combate ao racismo*’ é muito mais do que uma campanha. É uma convocação à nossa categoria, que já passa de 180 mil profissionais inscritos/as” (CFESS, 2018, s/p).

Com relação à implementação do referido projeto de intervenção, planejamos uma reunião de equipe técnica do CRAS para capacitação teórica sobre a temática; elaboramos um formulário, em forma de questionário, para ser utilizado, a longo prazo, pelas assistentes sociais e psicólogas durante a entrevista social. Aproveitamos esse questionário para ser realizado em sala de espera (recepção) no período de um mês. Também programamos uma roda de conversa com os/as usuários/as, objetivando esclarecer sobre a autodeclaração raça/etnia, o motivo da mesma ser perguntada durante a entrevista e a identificação da sutileza do racismo reproduzido no cotidiano da sociedade.

Por burocracias institucionais, principalmente o desafio de reunir a equipe técnica e a adesão da mesma, encontramos dificuldades de cumprir com a primeira meta, a capacitação profissional. Porém, os formulários tiveram positiva adesão, pois as profissionais passaram a utilizá-los no momento da condução das entrevistas sociais; e, durante a sala de espera, obtivemos muitas histórias e reflexões sobre a vivência de racismo por parte dos/das usuários/as. Identificamos que a maioria destes não tinha clareza do motivo da pergunta da raça/etnia no roteiro da entrevista, por isso ao serem esclarecidos sobre os dados do IBGE, combate ao racismo e elaboração de políticas afirmativas, houve uma expectativa por parte dos mesmos, alguns deles relataram que iriam compartilhar essas informações com amigos e famílias para que esses também entendam a importância e cobrem dos profissionais que essa declaração seja assinalada corretamente. Os dados quantitativos acerca dos questionários ainda estão em fase de elaboração, pois o projeto ainda está em execução.

Para a roda de conversa com os/as usuários/as do CRAS, sobre a temática de autodeclaração étnico/racial, com o título: “Qual é a sua cor?” foi elaborado um roteiro. Neste, foram abordadas questões para esclarecimento do que é raça e o que esse conceito representa para a questão racial, desvinculando a lógica biologizante do termo. Foi também explicitado sobre etnia, justificando que esse conceito se refere à cultura, porém é usado na reprodução do racismo. A partir desse esclarecimento, foi apresentada a importância da identidade étnica para o fortalecimento das lutas antirracistas. Elaboramos uma explicação sucinta sobre a importância da autodeclaração nos formulários da entrevista social; para isso, justificamos que esses dados servem de bases estatísticas para elaboração de programas e políticas afirmativas. Também nos desdobramos em abordar questões cotidianas que representam o racismo, usando exemplos de fácil expressão do racismo e de

formas sutis do mesmo. Todas essas questões foram pensadas para serem abordadas de forma dinâmica e com o máximo de participação possível dos/das usuários/as. Por fim, elaboramos uma oficina de cartazes. A roda de conversa ainda está em processo de implementação.

Todas as atividades propostas como forma de implementação do projeto de intervenção serão avaliadas, ainda, no primeiro semestre de 2019, nas disciplinas de Estágio Supervisionado III e Supervisão Acadêmica de Estágio III, nas quais se mantiveram as mesmas supervisoras de campo e acadêmica do período anterior, o que foi positivo para dar continuidade ao processo conjunto de supervisão e acompanhamento das atividades da estagiária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o estágio, a integração entre supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário é primordial para um processo formativo de qualidade. A identificação de questões que são além da demanda apresentada só pode ser observada se a análise exceder o imediatismo da intervenção nas expressões da questão social. Essa reflexão é experimentada com maior profundidade durante o período de estágio, no qual o acadêmico inserido no campo de trabalho do assistente social, tem todo um aporte acadêmico para desenvolver suas perspectivas teóricas nas dimensões constitutivas da profissão (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política).

Neste sentido, a partir das orientações e reflexões feitas em sala de aula junto ao supervisor acadêmico, tornou-se possível a identificação de uma demanda da realidade profissional através do incentivo à percepção crítica da realidade, fortalecendo a relação teoria-prática.

Da mesma forma, o processo de supervisão de campo, através da observação da dinâmica da rotina profissional e, principalmente, das conversas reflexivas sobre a prática profissional realizada pelo supervisor de campo, permitiu à estagiária perceber uma demanda que é em parte invisibilizada pelos profissionais.

Com isso, a estagiária teve condições de desenvolver determinadas habilidades e competências para a elaboração/implementação do projeto de intervenção, articulado ao atendimento das demandas dos usuários, com uma vinculação ético-política de enfrentamento ao racismo, aperfeiçoando, também, a rotina do equipamento público (CRAS) na produção de dados sobre a temática e, contribuindo para uma atuação profissional do assistente social, em conformidade com as pautas de luta do nosso projeto ético-político.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL**. 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigeida.pdf. Acesso em: 09/05/2019.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. Editora Saraiva, São Paulo, p. 141- 171, 2011.

BRASIL. L no 8.662, de 7 de Junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm. Acesso em: 09/05/2019.

CFESS. **RESOLUÇÃO CFESS Nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em 09/05/2019.

CFESS. **Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. CFESS, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf . Acesso: 22/05/2019.

CFESS. **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**. 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1491> Acesso em: 13/05/2019.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Operacional. In: **Avaliação** - Revista da Avaliação da Educação Superior. v. 4, n. 3, 1999. Suplemento 01. p.3-8. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063/1058>. Acesso em: 16/03/2018.

COSTA, Gracielle. O Serviço Social e as relações étnico-raciais e de gênero na política de Assistência Social. In: **IV Seminário Enlaçando Sexualidades**: Salvador, [Anais], 2015. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/comunica%C3%A7%C3%A3o3ooralgracyellecostaferreira.pdf> Acesso em: 13/05/2019.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: Desafios para formação e exercício profissional**. UNIRIO – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/estagio-supervisionado-1/supervisao-de-estagio/at_download/file. Acesso em: 24/05/2019.

LIMA, Kátia. Contrarreforma da educação superior e formação profissional em Serviço Social. In: **Revista da ABEPSS**, ano VIII, n. 15, 2008. p. 17-31.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. Editora Ática: São Paulo, 1988.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. (s/d), p. 1-22.

Disponível em: http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em: 24/05/2019.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. A Política Nacional de Estágio e a Supervisão Direta: Avanços e Desafios. **Revista Temporalis**: Brasília, v. 14, n. 27, 2014, p. 203-219. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/altineia.neves/estagio-supervisionado-i/texto-a-politica-nacional-de-estagio-fatima-grave-ortiz/view> Acesso em: 24/05/2019.

SANTOS, Cláudia Mônica. As Dimensões Teórico-Metodológica, Ético-Político e Técnico-Operativa da Prática Profissional. In: _____. **Na Prática a Teoria é Outra?**. Editora Lumen Juris, 3ª ed., 2013. p. 58-100.

SITES CONSULTADOS

<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1491>. Acesso em: 13/05/2019.

<http://www.abepss.org.br/noticias/souassistentesocialesupervisionoestagioasupervisaocalificacaoformacaoetrabalho-157> Acesso em: 13/05/2019.